COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.705, DE 2006

Institui o dia 4 de outubro como o “Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde”.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado PASTOR MANOEL FERREIRA

I – RELATÓRIO

O presente projeto de lei, oriundo do Senado Federal, pretende instituir o dia 4 de outubro como o “Dia Nacional do Agente Comunitário”.

Na justificação, sua autora, a Senadora Lúcia Vânia, esclarece que *“(...) o programa de agentes comunitários é, com certeza, um dos mais importantes já implantados no país na área (...) Esses homens, líderes comunitários com história de vida solidária, são verdadeiros idealistas, que vivem de poucos salários, muitas vezes inferiores mesmo ao salário mínimo e, comumente, sequer têm qualquer direito trabalhista ou previdenciário (...) É na direção de buscar, pelo menos simbolicamente, honrar a grande dívida que a sociedade tem com eles, que apresento o presente projeto, instituindo o dia 4 de outubro como o ‘Dia Nacional do Agente Comunitário da Saúde’.*

Nesta Câmara dos Deputados, a proposição em comento foi distribuída, preliminarmente, à Comissão de Educação e Cultura, que concluiu, unanimemente, por sua aprovação, nos termos do parecer do relator, Deputado Walter Pinheiro.

Em seguida, foi despachada a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para exame quanto aos aspectos de

constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, a teor do que dispõe o art. 54, I, do Regimento Interno.

A matéria está submetida ao regime ordinário de tramitação e ao poder conclusivo das Comissões, nos termos do art. 24, II, também do Regimento Interno.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Com relação aos aspectos de competência desta Comissão, verifica-se que o Projeto de Lei nº 6.705, de 2006, obedece às normas constitucionais relativas à competência da União para legislar privativamente sobre a matéria (CF, art. 22, XVI), à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (CF, art. 48, IX) e à legitimidade da iniciativa parlamentar concorrente (CF, art. 61, *caput*).

Quanto à juridicidade, o conteúdo da proposição em apreço não discrepa da ordem jurídica vigente.

Finalmente, a técnica legislativa empregada parece ajustar-se às prescrições da Lei Complementar nº 98, de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Pelas precedentes razões, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.705, de 2006.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado PASTOR MANOEL FERREIRA

Relator